



# AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

1º Quadrimestre de 2015  
Salvador, 29 de Maio de 2015

SECRETARIA DA  
FAZENDA

**BAHIA**  
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da Fazenda

**GOVERNADOR**

**RUI COSTA**

**SECRETÁRIO DA FAZENDA**

**MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO**

**SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA**

**JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO**

**CHEFE DE GABINETE**

**ADRIANO TADEU OLIVEIRA GUEDES CHAGAS**

**SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**

**ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA**

**COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E**

**CONTROLE FINANCEIRO**

**RANULFO CONTREIRAS LIMA FILHO**

**DIRETOR DO TESOURO**

**ARLINDO LUIZ DE SANTANA JÚNIOR**

**DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA**

**MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO**

## Sumário

1. Introdução .....	04
2. Receita .....	04
3. Despesa .....	09
4. Resultado Orçamentário.....	11
5. Limite de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.....	11
6. Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino .....	12
7. Despesa com Ações e Serviços de Saúde.....	13
8. Restos a Pagar .....	13
9. Resultado Primário.....	14
10. Resultado Nominal .....	14
11. Dívida Pública .....	15
12. Conclusão .....	16
13. Glossário .....	17

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

## 1. Introdução

Este relatório objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Estado da Bahia até o 1º quadrimestre de 2015, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado da Bahia. Os números aqui apresentados, de forma resumida e pela relevância, são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Estado, edições de 27 e 28 de maio de 2015 em cumprimento ao disposto no artigo 9º, §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº. 101/2000).

## 2. Receitas

Balanço Orçamentário da Receita						Em Mil Reais
Detalhamento	Previsão Atualizada 2015	Realização - Janeiro a Abril				
		2015	Previsão Atualizada (%) Realizado	2014	Varição Nominal (%) 2015/2014	
<b>Receitas Correntes</b>	<b>33.280.987</b>	<b>11.164.610</b>	<b>33,55</b>	<b>10.495.054</b>	<b>6,38</b>	
Receita Tributária	18.691.711	6.112.911	32,70	5.627.196	8,63	
Receita de Contribuições	2.713.205	695.183	25,62	651.993	6,62	
Receita Patrimonial	442.378	269.127	60,84	213.522	26,04	
Receita Agropecuária	1.171	134	11,45	73	82,86	
Receita Industrial	134	-	-	-	-	
Receita de Serviços	210.792	38.911	18,46	43.971	-11,51	
Transferências Correntes	10.737.922	3.886.698	36,20	3.768.999	3,12	
Outras Receitas Correntes	483.674	161.645	33,42	189.300	-14,61	
<b>Receitas de Capital</b>	<b>3.765.190</b>	<b>302.082</b>	<b>8,02</b>	<b>449.182</b>	<b>-32,75</b>	
Operações de Crédito	1.761.545	121.866	6,92	235.970	-48,36	
Alienação de Bens	12.161	7.287	59,92	997	631,21	
Amortização de Empréstimos	250.143	42.759	17,09	35.112	21,78	
Transferências de Capital	1.739.850	130.169	7,48	177.103	-26,50	
Outras Receitas de Capital	1.491	-	-	-	-	
<b>Receitas Intra-Orçamentárias</b>	<b>2.150.384</b>	<b>765.051</b>	<b>35,58</b>	<b>699.526</b>	<b>9,37</b>	
<b>Total das Receitas (I)</b>	<b>39.196.561</b>	<b>12.231.742</b>	<b>31,21</b>	<b>11.643.762</b>	<b>5,05</b>	
Superávit Financ.Exerc. Anteriores (II)	1.742.811	-	-	-	-	
<b>Receitas (III = I+II)</b>	<b>40.939.372</b>	-	-	-	-	

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1, LRF, art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

Nota: Nas contas de receitas estão abatidas as contas de deduções e restituições.

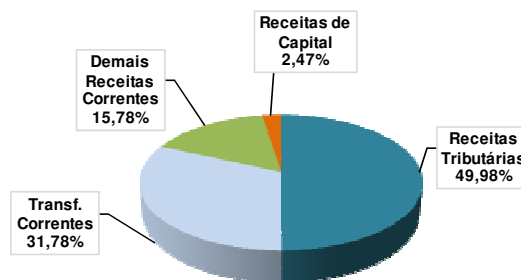
As Receitas estaduais realizadas até o 1º quadrimestre de 2015, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 12,23 bilhões, apresentando uma variação positiva de 5,05% em relação ao realizado em igual período de 2014. Da previsão anual atualizada das Receitas do Estado, verificou-se uma realização de 31,21%.

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Das receitas realizadas até o 1º quadrimestre de 2015, destacaram-se as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, com participação percentual de 49,98% e 31,78%, respectivamente, no total arrecadado no período.

Composição da Receita Realizada  
1º Quadrimestre de 2015



FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

## 2.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem das receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes. Nesta categoria encontram-se as receitas mais expressivas no âmbito estadual, tais como as oriundas dos tributos de competência do Estado e também as transferências da União (constitucionais, legais e outras).

No período de janeiro a abril de 2015, as receitas correntes somaram R\$ 11,16 bilhões, respondendo por 91,28% das receitas totais realizadas. Foram realizados 33,55% das receitas correntes anuais previstas e atualizadas, com uma variação nominal positiva de 6,38% em relação ao 1º quadrimestre de 2014.

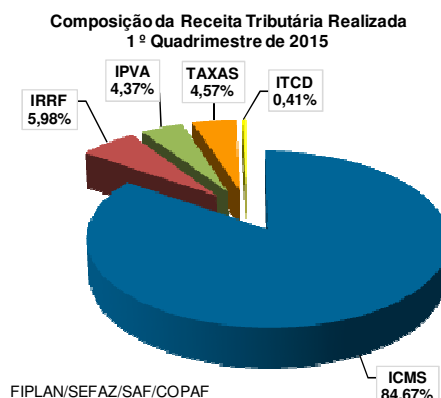
### 2.1.1 - Receitas Tributárias

Receitas Tributárias						Em Mil Reais
Detalhamento	Previsão Atualizada 2015	Realizado - Janeiro a Abril				Variação Nominal (%) 2015/2014
		2015	Previsão Atualizada (%) Realizado	2014		
ICMS	15.496.490	5.176.053	33,40	4.801.201	7,81	
IRRF	1.367.812	365.382	26,71	364.033	0,37	
IPVA	895.567	267.231	29,84	204.220	30,85	
ITCD	40.018	24.854	62,11	18.829	31,99	
Taxas	891.824	279.391	31,33	238.912	16,94	
<b>Total das Receitas Tributárias</b>	<b>18.691.711</b>	<b>6.112.911</b>	<b>32,70</b>	<b>5.627.196</b>	<b>8,63</b>	

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

A receita tributária, no valor de R\$ 6,11 bilhões, apresentou um incremento de 8,63%, em relação ao 1º quadrimestre de 2014. Do valor previsto atualizado para o ano de 2015, verificou-se uma realização de 32,70%.

A maior fonte de receita do Estado, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS teve uma participação de 84,67% no total de Receitas Tributárias realizadas. As demais receitas tributárias, a saber, IPVA, IRRF, Taxas e ITCD somaram 15,33%.



ICMS - O principal tributo estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, realizou de janeiro a abril de 2015, o total de R\$ 5,18 bilhões, contra R\$ 4,80 bilhões realizados no mesmo período de 2014, significando assim, um incremento nominal de 7,81%. Foram realizados 33,40% da previsão anual atualizada.

IPVA - Os recursos oriundos do IPVA totalizaram R\$ 267,23 milhões, até o 1º quadrimestre de 2015, com uma elevação de 30,85%, valores nominais, se comparado ao realizado no mesmo quadrimestre do ano anterior. Foram realizados 29,84% do previsto atualizado para 2015.

TAXAS – As Taxas arrecadadas até o 1º quadrimestre de 2015 somaram o valor de R\$ 279,39 milhões, com um acréscimo de 16,94%, valores nominais, comparando-se com o 1º quadrimestre de 2014. Quanto ao valor orçado foram realizados 31,33% do total atualizado.

ITCD - A realização somou R\$ 24,85 milhões, apresentando um aumento em valores nominais de 31,99% em relação ao 1º quadrimestre de 2014. Do total orçado atualizado, foram realizados 62,11%.

IRRF – Até o 1º quadrimestre de 2015, o valor contabilizado foi de R\$ 365,38 milhões com uma variação nominal positiva de 0,37%, Foram realizados 26,71% do valor previsto atualizado para 2015.

## 2.1.2 - Transferências Correntes

As Transferências Correntes contribuíram com 34,81% das Receitas Correntes realizadas, apresentando um incremento de 3,12% em relação ao mesmo período do ano anterior. Com relação ao previsto atualizado, foram realizados 36,20%. Das Transferências Correntes, merece destaque pela sua relevância, a realização das Transferências da União – FPE e SUS, as quais participaram no total com um percentual de 53,60% e 12,30%, respectivamente, e as

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Transferências do FUNDEB, com um percentual de 28,10% no total de Transferências realizadas.

Transferências Correntes						Em Mil Reais
Detalhamento	Previsão Atualizada 2015	Realizado - Janeiro a Abril			Variação Nominal (%) 2015/2014	
		2015	Previsão Atualizada (%) Realizado	2014		
FPE-Fundo de Participação dos Estados	5.766.400	2.083.382	36,13	1.966.306	5,95	
IPI Exportação	221.585	77.050	34,77	71.503	7,76	
SUS -Recursos do Sistema Único de Saúde	1.396.833	478.177	34,23	509.785	-6,20	
Salário Educação	115.000	51.503	44,78	40.580	26,92	
Compensação Financeira - Royalties	165.825	40.561	24,46	112.297	-63,88	
FNDE -Fundo Nacional de Desenvol. e Educação	129.005	25.362	19,66	13.396	89,33	
LEI KANDIR-Transf. Financ. do ICMS - LC 87/96	43.485	14.495	33,33	10.871	33,33	
CIDE-Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	348	525	150,71	7.594	-93,09	
Outras Transferências da União	71.802	193	0,27	82.127	-99,77	
Transferências do FUNDEB	2.733.969	1.092.305	39,95	896.549	21,83	
Transferências de Convênios	93.670	23.147	24,71	57.989	-60,08	
<b>Total das Transferências Correntes</b>	<b>10.737.922</b>	<b>3.886.698</b>	<b>36,20</b>	<b>3.768.999</b>	<b>3,12</b>	

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

FPE – Até o 1º quadrimestre de 2015, o repasse dos recursos do FPE atingiu R\$ 2,08 bilhões, com uma elevação de 5,95%, valores nominais, na comparação com o período de janeiro a abril de 2014. Foram realizados 36,13% do valor previsto atualizado para 2015.

FUNDEB - As Transferências do FUNDEB atingiram o montante da ordem de R\$ 1,09 bilhão no período de janeiro a abril de 2015 contra R\$ 896,55 milhões no mesmo período do ano anterior, ou seja, uma variação nominal positiva 21,83%. Houve uma realização de 39,95% do valor previsto atualizado.

SUS - As Transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde - SUS somaram R\$ 478,18 milhões, até o 1º quadrimestre de 2015, uma redução de 6,20%, comparado ao realizado no mesmo período de 2014, valores nominais. Houve uma realização de 34,23% em relação ao valor previsto atualizado.

IPI - Os recursos oriundos do IPI Exportação realizados até o 1º quadrimestre de 2015 somaram R\$ 77,05 milhões, com uma variação nominal positiva de 7,76% em relação ao mesmo período de 2014. Do valor previsto atualizado foram realizados 34,77%.

Os recursos de Royalties apresentaram uma redução de 63,88%, totalizando R\$ 40,56 milhões, enquanto que o Salário Educação registrou um total de R\$ 51,50 milhões, com um aumento de 26,92%, no período de janeiro a abril de 2015, comparados ao mesmo período de 2014.

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

As Transferências de Convênios apresentaram uma variação nominal negativa de 60,08%, tendo sido realizados 24,71% dos recursos previstos no orçamento atualizado para 2015, totalizando R\$ 23,15 milhões.

CIDE – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - Os recursos remanescentes provenientes desta receita totalizaram R\$ 525 milhões, com uma redução de 93,09% em relação ao 1º quadrimestre de 2014. O ajuste na alíquota, efetuado para ter início no final de abril, refletirá positivamente a partir do segundo quadrimestre.

FNDE – Os recursos realizados desta rubrica atingiram o montante de R\$ 25,36 milhões, representando uma variação nominal positiva de 89,33%. Foram realizados 19,66% do valor orçamento atualizado para 2015.

LEI KANDIR – Foram executados R\$ 14,50 milhões, com realização e crescimento de 33,33%, em relação ao 1º quadrimestre de 2014.

Em relação às Outras transferências da União que somaram R\$ 193 mil, verificou-se uma redução de 99,77%, decorrente da receita de Auxílio Exportação de 2013, que foi repassada em janeiro de 2014.

## 2.2 - Receitas de Capital

Receitas de Capital					Em Mil Reais
Detalhamento	Previsão Atualizada 2015	Realizado - Janeiro a Abril			Variação Nominal (%) 2015/2014
		2015	Previsão Atual (%) Realizado	2014	
Operações de Crédito	1.761.545	121.866	6,92	235.970	-48,36
Operações de Crédito Internas	1.338.513	120.317	8,99	225.808	-46,72
Operações de Crédito Externas	423.032	1.549	0,37	10.162	-84,76
Alienação de Bens	12.161	7.287	59,92	997	631,21
Amortização de Empréstimos	250.143	42.759	17,09	35.112	21,78
Transferências de Capital	1.739.850	130.169	7,48	177.103	-26,50
Outras Receitas de Capital	1.491	-	-	-	-
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>3.765.190</b>	<b>302.082</b>	<b>8,02</b>	<b>449.182</b>	<b>-32,75</b>

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

Até o 1º quadrimestre de 2015, as Receitas de Capital totalizaram R\$ 302,08 milhões contra R\$ 449,18 milhões realizados no mesmo período anterior, apresentando uma redução de 32,75%. Com relação ao previsto anual atualizado foi realizado 8,02% nessa rubrica.



# AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Observa-se que as Operações de Crédito totalizaram R\$ 121,87 milhões, com uma redução de 48,36% em relação ao 1º quadrimestre de 2014, reflexo das reduções verificadas nas operações de crédito internas e externa (46,72% e 84,76%) conforme demonstrado. Foram realizados 6,92% do previsto atualizado para este item.

A receita de Amortização de Empréstimos totalizou R\$ 42,76 milhões. Em relação ao 1º quadrimestre de 2015, este item apresentou um acréscimo nominal de 21,78%, realizando 17,09% do valor orçado atualizado.

As alienações de bens totalizaram 7,29 milhões, representando uma variação positiva de 631,21%, tendo realizado 59,92% do previsto atualizado para 2015. As Transferências de Capital totalizaram R\$ 130,17 milhões, relativos às Transferências de Convênios, as quais foram realizadas apenas 7,48% do montante previsto atualizado. Verificou-se uma redução de 26,50% em relação ao mesmo período de 2014.

### 3. DESPESAS

As despesas executadas até o 1º quadrimestre de 2015 totalizaram R\$ 10,46 bilhões, correspondentes a 25,55% do valor previsto atualizado. Em valores nominais, registrou-se um aumento de 11,62%, comparando-se com o 1º quadrimestre de 2014.

Balanco Orçamentário da Despesa						Em Mil Reais
Detalhamento	Previsão Atualizada 2015	Executada - Janeiro a Abril				
		2015	Previsão Atual (%) Realizado	2014	Varição Nominal (%) 2015/2014	
<b>Despesas Correntes</b>	<b>32.017.297</b>	<b>8.969.990</b>	<b>28,02</b>	<b>8.138.636</b>	<b>10,21</b>	
Pessoal e Encargos Sociais	17.474.530	4.970.362	28,44	4.472.478	11,13	
Juros e Encargos da Dívida	607.999	164.797	27,10	134.424	22,60	
Outras Despesas Correntes	13.934.769	3.834.832	27,52	3.531.734	8,58	
<b>Despesas de Capital</b>	<b>6.652.201</b>	<b>872.316</b>	<b>13,11</b>	<b>660.637</b>	<b>32,04</b>	
Investimentos	5.208.706	511.572	9,82	337.404	51,62	
Inversões Financeiras	381.383	89.877	23,57	62.059	44,82	
Amortização da Dívida	1.062.112	270.867	25,50	261.174	3,71	
Reserva de Contingência	<b>21.767</b>	-	0,00	-	0,00	
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>2.248.107</b>	<b>617.068</b>	<b>27,45</b>	<b>570.973</b>	<b>8,07</b>	
<b>Total das Despesas</b>	<b>40.939.372</b>	<b>10.459.374</b>	<b>25,55</b>	<b>9.370.246</b>	<b>11,62</b>	

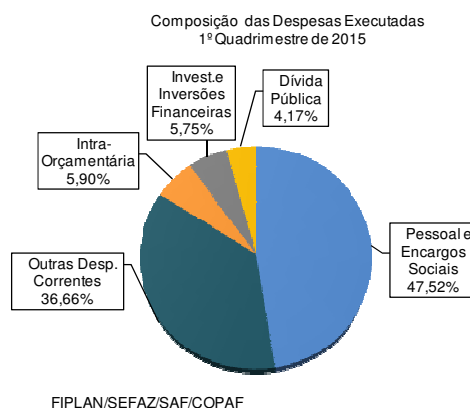
Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1 LRF, art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

As despesas executadas até o 1º quadrimestre de 2015 totalizaram R\$ 10,46 bilhões, correspondentes a 25,55% do valor previsto atualizado. Em valores nominais, registrou-se um aumento de 11,62%, comparando-se com o 1º quadrimestre de 2014.

## 3.1 Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental. Até o 1º quadrimestre de 2015, as despesas correntes totalizaram R\$ 8,97 bilhões, representando uma realização de 28,02% do valor previsto atualizado para o ano e uma elevação de 10,21% na comparação com o mesmo período de 2014.

Dentre as despesas Correntes, a mais representativa são as despesas com Pessoal e Encargos, no montante de R\$ 4,97 bilhões, correspondendo a 47,52% do total. Verificou-se uma execução de 28,44% do total fixado e um acréscimo de 11,13%, em relação ao 1º quadrimestre de 2014.



As Outras Despesas Correntes, que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e às Transferências Constitucionais aos Municípios, totalizaram R\$ 3,83 bilhões, correspondentes a 27,52% do fixado atualizado para o ano e a um acréscimo de 8,58%, em valores nominais, comparado ao 1º quadrimestre de 2014.

Já os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 164,80 milhões, correspondendo a 27,10% da previsão anual atualizada e uma elevação de 22,60%.

## 3.2 - Despesas de Capital

Despesas de capital constituem dispêndios que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial. Até o 1º quadrimestre de 2015, as Despesas de Capital totalizaram R\$ 872,32 milhões com uma elevação de 32,04%, se comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Essa categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 511,57 milhões, seguindo-se a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 270,87 milhões, e Inversões Financeiras, com um total de R\$ 89,88 milhões.

## 4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

No comparativo entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas no período, o Resultado Orçamentário apresentou Superávit de R\$ 1,77 bilhão, resultante de uma Receita total de R\$ 11,93 bilhões, para uma Despesa total de R\$ 9,59 bilhões.

Resultado da Execução Orçamentária			Em Mil Reais
Especificação	Janeiro a Abril		Variação Nominal (%) 2015/2014
	2015	2014	
Receitas Correntes	11.929.661	11.194.580	6,57
( - ) Despesas Correntes	9.587.058	8.709.609	10,07
<b>Superavit Corrente (I)</b>	<b>2.342.603</b>	<b>2.484.971</b>	<b>-5,73</b>
( + ) Receitas de Capital (II)	302.082	449.182	-32,75
( - ) Despesas de Capital (III)	872.316	660.637	32,04
<b>Superávit Orçamentário (I+II-III)</b>	<b>1.772.368</b>	<b>2.273.516</b>	<b>-22,04</b>

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1, LRF, art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

Nota: A apuração do Resultado Orçamentário Corrente inclui as receitas e despesas intra-orçamentárias.

## 5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, abaixo do limite prudencial permitido pela LRF, em cada Poder e também no Ministério Público.

### Despesa de Pessoal para fins de Limite da LRF 1º Quadrimestre 2015

Detalhamento	Percentual em Relação a RCL	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Poder Executivo <sup>1</sup>	46,03	43,74	46,17	48,60
Poder Legislativo	2,32	3,06	3,23	3,40
Assembléia Legislativa	1,08	1,68	1,78	1,87
Tribunal de Contas do Estado	0,68	0,81	0,86	0,90
Tribunal de Contas dos Municípios	0,57	0,57	0,60	0,63
Poder Judiciário	5,69	5,40	5,70	6,00
Ministério Público	1,54	1,80	1,90	2,00
<b>Total do Estado</b>	<b>55,58</b>	<b>54,00</b>	<b>57,00</b>	<b>60,00</b>

RCL últimos 12 meses = R\$ 26.359.249 mil

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo 1, LRF, art. 55, inciso I, alínea "a").

Nota <sup>1</sup>: O percentual realizado inclui o Poder Executivo mais Defensoria Pública. Considerando apenas o Poder Executivo, o percentual foi de 45,61% da Receita Corrente Líquida.

Considerando apenas o Poder Executivo, o percentual atingido foi de 46,03%. Com referência ao limite de pessoal consolidado, o Estado da Bahia atingiu 55,58% da citada Receita.

## 6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Consideram-se despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

Conforme estabelecido na Constituição Federal, o Estado deve aplicar anualmente, nas despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o percentual de 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais – RLI. Deve-se, portanto, comprovar o cumprimento deste limite no final do exercício.

Até o 1º quadrimestre de 2015, as despesas com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino totalizaram R\$ 1,58 bilhão, representando 20,56% da Receita Líquida de Impostos, indicando que, no decorrer do ano, será alcançado o limite constitucional anual de 25%, cumprindo-se, portanto, o estabelecido na Constituição Federal.

Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		Em Mil Reais	
Descrição	Realizado - 1º Quadrimestre		
	2015	2014	
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais	7.676.579	7.167.920	
Valor aplicado das Despesas Próprias com Educação	1.578.102	1.463.403	
<b>Percentual Aplicado em Educação</b>	<b>20,56%</b>	<b>20,42%</b>	

**Limite Constitucional Anual<sup>1</sup>: 25%**

Fonte:FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 8,LDB, art.72)

Nota <sup>1</sup>: O cumprimento da aplicação do Limite Mínimo Constitucional de 25% deverá ser comprovado no encerramento do Exercício - CF/88.

Com relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB observa-se que é um Fundo de natureza contábil, implantado em janeiro de 2007, em substituição ao FUNDEF, que tinha uma menor amplitude e não atendia, por exemplo, a creche e alunos de ensino médio.

Até o 1º quadrimestre de 2015, o valor destinado ao FUNDEB foi de R\$ 1,46 bilhão, tendo o Estado recebido de retorno o valor de R\$ 1,09 bilhão.

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

## Demonstrativo - FUNDEB

Em Mil Reais

Exercício	Aporte	Retorno	Resultado Apurado
2010	-2.669.753	1.922.450	-747.303
2011	-3.046.723	2.201.822	-844.901
2012	-3.273.514	2.534.542	-738.972
2013	-3.755.493	2.541.022	-1.214.471
2014	-4.099.515	2.764.185	-1.335.329
<b>1º Quadrimestre de 2015</b>	<b>-1.464.892</b>	<b>1.092.308</b>	<b>-372.584</b>

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

## 7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

### Receitas e Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos com Saúde

Em Mil Reais

Descrição	Realizado - 1º Quadrimestre	
	2015	2014
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais	7.676.579	7.167.920
Valor aplicado das Despesas Próprias em Saúde	878.409	826.711
<b>Percentual Aplicado em Saúde</b>	<b>11,44%</b>	<b>11,53%</b>

**Limite Constitucional Anual<sup>1</sup>: 12%**

Fonte:FIPLAN/ SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 12 , LC 141/2012, art.35).

Nota<sup>1</sup>: O cumprimento da aplicação do Limite Mínimo Constitucional de 12% deverá ser comprovado no encerramento do Exercício,CF/88.

Até o 1º quadrimestre de 2015, as despesas com saúde atingiram o montante de R\$ 878,41 milhões, correspondendo a 11,44% em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências, indicando que no decorrer do exercício será alcançado o limite de 12% estabelecido pela Lei Complementar nº 141/2012.

## 8. RESTOS A PAGAR

Do total de Restos a Pagar Inscritos ao final do exercício de 2014, foram pagos R\$ 530,16 milhões, representando um percentual de 70,47% deste montante, e restando um saldo a pagar de R\$ 222,12 milhões, sendo R\$ 211,89 milhões do Poder Executivo e R\$ 10,23 milhões do Poder Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Defensoria Pública.

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

## Demonstrativo dos Restos a Pagar

Em Mil reais

Descrição	Inscritos (a)	Cancelados (b)	Pagos (c)	Varição (%) (c/(a-b))	A Pagar
Poder Executivo	737.458	20.836	504.729	70,43	211.892
Poder Judiciário	25.521	1.445	18.979	78,83	5.097
Poder Legislativo	6.482	2	3.050	47,07	3.430
Ministério Público	4.108	42	2.887	70,99	1.179
Defensoria Pública	1.062	29	512	49,53	521
<b>Total</b>	<b>774.632</b>	<b>22.355</b>	<b>530.157</b>	<b>70,47</b>	<b>222.120</b>

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO, LRF - Anexo 7, art.53, inciso V).

## 9. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Nessa análise, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de aplicações financeiras, de juros de empréstimos, de operações de crédito, de amortizações de empréstimos e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de título de capital já integralizado.

## Demonstrativo do Resultado Primário

Em Mil Reais

Detalhamento	Realizado - Janeiro a Abril	
	2015	2014
Receitas Primárias Correntes (I)	11.669.479	11.081.916
Receitas Primárias de Capital (II)	130.169	177.103
<b>Receita Primária Total (III) = (I+II)</b>	<b>11.799.648</b>	<b>11.259.019</b>
Despesas Primárias Correntes (IV)	9.422.261	8.575.185
Despesas Primárias de Capital (V)	541.076	346.633
<b>Despesa Primária Total (VI) = (IV+V)</b>	<b>9.963.337</b>	<b>8.921.818</b>
<b>Resultado Primário ( III - VI )</b>	<b>1.836.312</b>	<b>2.337.202</b>

Meta do Resultado Primário LDO: R\$ 812.581 mil

Fonte : FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 6, LRF, art.53, inciso III).

No quadrimestre, o Resultado Primário foi de R\$ 1,84 bilhão, evidenciando que o desempenho das receitas fiscais cobriu integralmente as despesas fiscais, tendo sido superior à meta anual estabelecida na LDO, no valor de R\$ 812.581 mil.

## 10. RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal mostra a diferença entre os saldos da Dívida Fiscal Líquida, relativa a dois períodos. Para o exercício de 2015, a meta para o Resultado Nominal do Estado, fixada

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

no Anexo de Metas Fiscais da LDO/2015 indica uma redução da Dívida Consolidada Líquida em R\$ 566.170 mil (negativos).

Especificação	Saldo	
	30/04/2015 (a)	31/12/2014 (b)
<b>Dívida Consolidada (I)</b>	<b>17.856.897</b>	<b>16.911.138</b>
Deduções (II)	7.320.097	5.540.023
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.037.373	5.516.162
Demais Haveres Financeiros	435.684	442.084
(-) Restos a Pagar Processados	-152.960	-418.223
<b>Dívida Consolidada Líquida (III) =( I - II)</b>	<b>10.536.800</b>	<b>11.371.115</b>
<b>Resultado Nominal do 1º Quadrimestre de 2015 (a-b)</b>		<b>(834.315)</b>

Meta do Resultado Nominal - LDO para o ano de 2015: R\$ (566.170) mil

Fonte :FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 5, LRF, art.53,Inciso III).

No período de janeiro a abril de 2015, verificou-se uma redução da Dívida Consolidada Líquida no valor de R\$ 834,32 milhões.

## 11. DÍVIDA PÚBLICA

Ao final do 1º quadrimestre de 2015, a Dívida Consolidada apresentou saldo de R\$ 17,86 bilhões, sendo R\$ 8,05 bilhões originários da dívida interna, R\$ 7,61 bilhões da dívida externa e as outras dívidas totalizando R\$ 2,2 bilhões.

Dívida Consolidada			Em Mil Reais
Discriminação	Até o 1º Quadrimestre de 2015	Saldo do Exercício em 31/12/2014	Varição (%)
Interna	8.049.732	7.867.202	2,32
Externa	7.605.360	6.831.330	11,33
Outras <sup>1</sup>	2.201.805	2.212.606	-0,49
<b>Total</b>	<b>17.856.897</b>	<b>16.911.138</b>	<b>5,59</b>

Fonte :FIPLAN/ SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo 2, LRF, art. 55, inciso I, alínea b).

Nota<sup>1</sup>: Refere-se a precatórios vencidos a partir de 04/05/2000 em conformidade com LC 101/00.



# AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

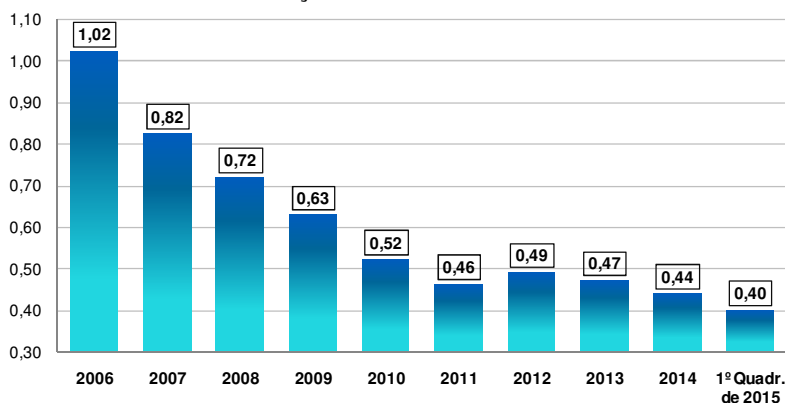
Dívida Consolidada Líquida x Receita Corrente Líquida			Em Mil Reais
Descrição	DCL	RCL	DCL/RCL
Até abril de 2015	10.536.800	26.359.249	0,40

Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x Receita Corrente Líquida

Fonte :FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo 2, LRF, art. 55, inciso I, alinea b).

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida correspondeu a 0,40 no 1º quadrimestre de 2015, relação bem inferior ao limite fixado de 2 (duas) vezes a Receita Corrente Líquida estabelecida na

Relação DCL sobre RCL



Lei de Responsabilidade Fiscal, demonstrando a redução do endividamento na análise da série histórica .

## 12. CONCLUSÃO

No 1º quadrimestre de 2015, o Estado registrou Superávit Primário no valor de R\$ 1,84 bilhão. A Receita Total realizada no valor de R\$ 12,23 bilhões e a Despesa Total realizada no valor de R\$ 10,46 bilhões resultaram em Superávit Orçamentário de R\$ 1,77 bilhão. O Resultado Nominal demonstrou uma redução do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor de R\$ 834,32 milhões.

Os limites referentes à dívida pública, às garantias de valores e operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente, e as despesas com pessoal se situaram abaixo do limite prudencial estabelecido pela LRF. Os recursos aplicados em educação e saúde apresentam percentuais que apontam para o cumprimento das metas no decorrer do ano de 2015.

Os números apurados apontam para a manutenção do equilíbrio fiscal.

Salvador, 29 de Maio de 2015.

Observação: A Audiência Pública referente ao 1º quadrimestre de 2015 realizou-se no dia de 17 de Junho de 2015, decorrente de acordo no Legislativo.



## GLOSSÁRIO

### Amortização da Dívida

Despesas com pagamento e /ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

### Conta Retificadora da Receita Orçamentária

Conta contábil instituída pela Portaria nº328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 20% da receita orçamentária destinada a aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

### Despesas Correntes

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades, fundos e à continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis, ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

### Despesas de Capital

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e outros.

### Despesas Fiscais

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção da máquina pública, construções de escolas, estradas e hospitais.

### Despesas Intra-Orçamentárias

São operações entre Órgãos, Entidades e Fundos integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social, a fim de evitar a dupla contagem. São as despesas referentes às Obrigações Patronais (Funprev e Planserv).

### Despesa Total com Pessoal

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos,

reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. (Art. 18 da LC nº. 101/00).

## Despesa com Pessoal para Cálculo de Limites

Do total da despesa de pessoal deduz as indenizações por demissão de servidores, os incentivos à demissão voluntária, as despesas de pessoal decorrentes de decisões judiciais e os inativos pagos com recursos de fundo específico. Os limites da despesa com pessoal são fixados em percentuais da RCL.

## Dívida Consolidada ou Fundada

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

## Dívida Consolidada Líquida

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescidos dos Restos a Pagar Processados e do Serviço da Dívida a Pagar.

## Estado

São abrangidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, citado como Estado, a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

## Fiplan

O Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia - Fiplan é produto do trabalho conjunto das Secretarias da Fazenda (Sefaz) e do Planejamento (Seplan), cujo objetivo é o aperfeiçoamento dos processos de planejamento, contabilidade, execução orçamentária, financeira e patrimonial da Administração.

## Fonte de Recursos

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

## Inversões Financeiras

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

## Investimentos

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

## Metas Fiscais

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

## Receitas Correntes

São os meios financeiros de origens tributárias, contributivas, patrimoniais, industriais e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gasto classificáveis em despesas correntes.

## Receita Corrente Líquida

Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº. 87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Art. 60 dos ADCT), deduzidos, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entreguem aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos segurados para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

## Receitas de Capital

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de

outra esfera de governo e de direito privado, destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

## Receitas Fiscais

São as receitas resultantes das ações precípuas do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

## Receitas Não Fiscais

São as receitas não decorrentes das ações precípuas do Governo, a exemplo das operações de crédito e aplicações financeiras.

## Receita Intra-Orçamentária

São receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante dos referidos orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

## Receita Líquida de Impostos

Somatório das receitas de impostos estaduais e suas respectivas multas, juros e dívida ativa, e das transferências correntes resultantes de impostos, deduzidas as transferências entregues aos Municípios por determinação constitucional.

## Receita Orçamentária

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constam do orçamento, sendo classificada em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita realizada que mesmo não prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

## Receita Própria

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

## Restos a Pagar

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

subseqüente. Conforme sua natureza, os restos a pagar podem ser classificados em Processados e Não Processados.

## Resultado Nominal

É a variação da dívida consolidada líquida. Esse resultado indica em quanto a dívida aumentou ou reduziu no exercício ou num período determinado de tempo.

## Resultado Primário

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superavit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e, total ou parcialmente, o serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

## Superávit Orçamentário

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita realizada.

Realização: SEFAZ / SAF / COPAF

<http://www.sefaz.ba.gov.br/>